



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBRASKEM

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

No Governo Lula, a Braskem consolidou o domínio do setor petroquímico no Brasil, tendo a Petrobras e o BNDES como acionistas do negócio. Concorrendo apenas com empresas estrangeiras, em um país com um dos maiores impostos do mundo para importação de resinas termoplásticas, a Braskem controla o preço de derivados de petróleo.

A Petrobras detém participação de 47% no capital votante da Braskem e 36,1% no capital total, enquanto a Novonor (antiga Odebrecht) tem 50,1% do capital votante da empresa e 38,3% do capital total. Segundo matéria do Jornal O Globo, de 22/12/2023, embora uma sócia importante, a Petrobras não consegue interferir tanto quanto gostaria na gestão. A fatia da Odebrecht na Braskem está à venda desde 2019, e quase foi entregue à LyondellBasell. Mas o passivo que o comprador teria que assumir com o afundamento do solo em Maceió, que já desalojou mais de 40 mil pessoas, fez o negócio desandar.



Ainda de acordo com O Globo, há outra proposta da estatal de petróleo de Abu Dhabi, a Adnoc, pela parte da Odebrecht da empresa. A Adnoc ofereceu R\$ 10,5 bilhões no negócio. O dinheiro iria direto para os bancos para pagar dívidas da Braskem. A empresa estrangeira está disposta a assumir custos extras da tragédia, mas ela tem uma exigência: se a crise em Maceió piorar, a Petrobras terá de fazer aportes maiores na Braskem. A exigência dos árabes por mais capital agradou à Petrobras e ao Governo, que vê no aporte de recursos uma forma de aumentar sua interferência na Braskem.

A fim de esclarecer os fatos expostas acima, peço aos Pares o apoio na aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2024.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)

